



IV GOVERNO CONSTITUCIONAL
SECRETARIA DE ESTADO DO CONSELHO DE MINISTROS

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE
IV GOVERNO CONSTITUCIONAL
SECRETARIA DE ESTADO DO CONSELHO DE MINISTROS

COMUNICADO À IMPRENSA

Reunião do Conselho de Ministros de 29 de Abril de 2009

O Conselho de Ministros reuniu-se esta Quarta-feira, 29 de Abril de 2009, na Sala de Reuniões do Conselho de Ministros, no Palácio do Governo, em Díli, e aprovou:

1. Decreto-Lei que aprova a Orgânica da Inspeção-Geral do Estado

O Conselho de Ministros aprovou hoje o Decreto-Lei que confere à Inspeção-Geral do Estado um enquadramento jurídico adequado, dando-lhe as atribuições e competências próprias da função de auditoria e inspeção. Assim, fornecerá ao Governo e ao Primeiro-Ministro as informações precisas e objectivas sob a transparência e sentido de responsabilidade nas actividades financeiras e de gestão da Administração Pública.

O Conselho de Ministros analisou ainda:

1. Calendarização da Preparação do Orçamento de 2010

O Ministério das Finanças apresentou na Reunião e Conselho de Ministros de hoje um plano de Calendarização para a apresentação do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2010. Este plano prevê a entrega da Proposta Orçamental, no Parlamento Nacional, até final do mês de Outubro.

2. Processo de Recrutamento dos Lugares de Chefia no Ministério das Finanças

Os resultados do processo de recrutamento para Técnicos Superiores de Grau A e B e a nomeação para Directores Nacionais e Gerais, lançado pelo Ministério das Finanças e cuja data de término foi dia 20 de Março, foram apresentados aos membros do Conselho de Ministros. Tendo em conta os requisitos do processo de recrutamento, orientado pela Comissão da Função Pública, das 190 candidaturas recebidas, só cerca de 74 reuniram as condições de elegibilidade para passarem à fase seguinte (exame escrito). Após o apuramento do resultados dos exames, 23 candidatos passaram à fase de discussão em grupo e daí 17 às entrevistas individuais. Por último, sobre estes candidatos, o Painel de Recrutamento irá submeter recomendações à Ministra das Finanças com base na passagem global dos candidatos por todos os testes, avaliar os pontos fortes e fracos e bem como tecer comentários ao passado profissional.

3. Enquadramento financeiro a médio prazo

Após uma breve retrospectiva da economia de Timor-Leste, o foco da apresentação centrou-se nos diferentes cenários de crescimento e/ou nas políticas de reforma que deverão ser feitas na economia do país.

Os pontos principais são:

- a) Qual a maneira mais rápida e prudente para o crescimento das despesas de capital a médio prazo?
- b) Qual a melhor maneira das taxas e os impostos dos contribuintes ser aumentados?
- c) Como é que os negócios podem melhorar?
- d) De que forma se pode aumentar o “value for money” do investimento público?

Para limitar o aumento das despesas há que dar mais importância ao rendimento doméstico, a despesas do Governo mais eficientes e a uma política de negócios mais amigável. Estas medidas são importantes se Timor-Leste quiser evitar, ou pelo menos atrasar, o declínio do Fundo de Petróleo. Controlar as despesas é a chave para estabilizar as finanças públicas do país.

4. Prioridades Nacionais

Foram apresentados os grupos que, de acordo com a sua área de intervenção, irão trabalhar nas Prioridades Nacionais para 2009. Os próximos ciclos de reuniões dos Grupos de Trabalho irão aprovar a matriz final de Prioridade Nacionais, fazer o relatório mensal e nomear os representantes da Sociedade Civil que farão parte dos Grupos de Trabalho.

5. Processo de Informatização de Dados de Identificação Civil

O Ministério da Justiça apresentou o processo de informatização de dados que está a ser implementado. Este processo terá um maior impacto sobretudo nas áreas da Segurança e Defesa (controlo da movimentação de pessoas nas fronteiras), Serviços de Segurança Social (assistência a programas) e na vertente Política e Democrática (no processo eleitoral, por exemplo).

6. Plano de Acreditação de Diplomas Universitários

O Ministério da Educação determinou a realização de um exame de certificação para concurso ao funcionalismo público para todos os cidadãos que possuam diplomas, ou equivalências de habilitações de nível superior, atribuídas por instituições nacionais ou internacionais que, nos seus países de origem, ainda não possuam a acreditação institucional formal e a respectiva licença operacional.

Este exame será coordenado pela Direcção Nacional do Ensino Técnico e Superior do Ministério da Educação juntamente com o Ministério da Administração Estatal e do Ordenamento do Território.